

Recebido: 04/03/2018

Aprovado: 01/05/2018

O Distrito Federal e a Guerra de 1932: a construção de um front interno pelo Governo Provisório

Raimundo Helio Lopes¹

Felipe Castanho Ribeiro²

Resumo: O presente artigo procura analisar a mobilização do Governo Provisório durante a Guerra de 1932. Para tanto, nos serviremos do conceito de front interno conforme o entendimento do historiador Roney Cytrynowicz, que o define como a mobilização de toda a sociedade para apoiar o Estado na guerra. Neste sentido, defendemos a hipótese de que o Governo Provisório precisou mobilizar diferentes setores da sociedade com o intuito de assegurar a sua vitória diante do movimento militar irrompido no estado de São Paulo. Cabe ressaltar que a cidade do Rio de Janeiro, enquanto sede administrativa e política do país, serviu como uma vitrine para o resto da nação e que por isso o Governo de Getúlio Vargas precisou garantir a manutenção da ordem, conquistar o apoio da população carioca e consequentemente auferir a sua legitimação. A imprensa,

¹ Doutor em História, Política e Bens Culturais no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC/FGV. raimundohelio@gmail.com

² Mestrado em História pela Universidade Salgado de Oliveira, Brasil. fe.castanho@gmail.com

censurada durante a guerra, foi um importante meio de comunicação do governo durante o conflito e foi amplamente utilizada para alcançar os seus objetivos.

Palavras-chaves: Guerra de 1932; Governo Provisório; Front interno.

Abstract: This article seeks to analyse the mobilization of the provisional Government during the war of 1932, also known as the Constitutionalist Revolution of 32. For this end, We will serve the concept of internal front, according to understanding of historian Roney Cytrynowicz, defined as the mobilization of the whole society to support the State in war. In this sense, we support the hypothesis that the provisional Government had to mobilize different sectors of society in order to ensure your victory on the military movement appearing in the State of São Paulo in Brazil. It is noteworthy, that the city of Rio de Janeiro while the country's political and administrative headquarters served as a showcase for the rest of the nation and that's why the Government of Getúlio Vargas needed to ensure the maintenance of order, to win the support of the population and Consequently obtain the your legitimacy. The press, censored during the war, was an important means of communication used by the government.

Keywords: War of 1932; Provisional Government; Internal front.

Introdução

Não se tratava apenas de oferecer toda a retaguarda e a infraestrutura econômica e militar para os exércitos, mas de se preparar para bombardeios contra alvos claramente civis e, essencialmente, de manter todas as esferas da vida privada e pública em permanente estado de mobilização a serviço do Estado, submetidos a uma lógica e a um controle que escapavam à compreensão do indivíduo. (CYTRYNOWICZ, 2000, p.15)

Ao analisar o cotidiano de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial, Roney Cytrynowicz identificou a mobilização da população como importante elemento apoiador do Estado no conflito, sendo, por isso mesmo, incentivada e estimulada pelo governo de Getúlio Vargas. Ainda que a guerra não atingisse diretamente o estado paulista, fazia-se necessário que a sociedade se dispusesse, em suas diferentes esferas civis, a serviço do governo. Esta mobilização específica foi nomeada por Cytrynowicz como *front* interno e civil em oposição ao externo e militar (CYTRYNOWICZ, 2000: 13-41).

É através do conceito de *front* interno que o presente texto foi construído. Nossa proposta visa o estudo do Distrito Federal durante a Guerra de 1932, mais conhecida como

“Revolução Constitucionalista de 32”³. Este conflito, que mobilizou amplamente todo o país, teve início em 9 de julho de 1932 e durou até o dia 2 de outubro do mesmo ano. A princípio, tratado como um conflito regional pela historiografia, a Guerra de 1932 tem sido alvo de novas análises desde a década de 1980 e que cada vez mais se aproximam da perspectiva de uma guerra civil e nacional⁴. Neste sentido, acreditamos que durante a Guerra de 1932, o Governo Provisório precisou mobilizar a sociedade na capital em busca do apoio e da legitimação necessária para que pudesse assegurar a sua vitória contra o movimento de oposição iniciado em São Paulo.

Além de armas, era fundamental a construção de um clima de fortalecimento do Governo Provisório para derrotar, não apenas nos campos de batalhas, aqueles que confrontavam-se contra Getúlio Vargas. Afinal, como afirmou René Rémond, “certas situações ampliam o campo do político: em tempos de guerra, o que não é político?” (2003: 443).

No caso específico deste texto, tomaremos a imprensa como principal fonte de estudo. Neste sentido, Maria Helena Capelato afirmou ser a imprensa manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, pois “possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos”⁵. Porém, a relevância do jornal enquanto fonte histórica nem sempre gozou deste prestígio. A história positivista do século XIX desconsiderava esta fonte. Em sua perspectiva, os impressos representavam uma distorção da realidade, o que não era condizente com a produção histórica da época que visava à reconstrução do passado enquanto verdade histórica através de narrativas que contemplavam apenas os documentos oficiais. Segundo March Bloch, “a fórmula do velho Ranke é celebre: o historiador propõe apenas descrever as coisas tais como aconteceram”⁶.

O início da mudança na forma com que os historiadores enxergavam os jornais como documento histórico deu-se com a fundação da *École des Annales* pelos historiadores franceses Lucien Febvre e March Bloch. Estes, sob a influência das ciências

³ O nome do movimento eclodido em 1932 pode variar de acordo com o posicionamento historiográfico dos autores que se debruçam sobre o tema. Acreditamos que a nomenclatura mais correta seja a de guerra civil, não apenas por conta da projeção do conflito como pela própria definição do termo. Sobre isso ver BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO (2000: 572) e ABREU (2010: 23-84). No presente artigo iremos nos referir ao conflito como Guerra de 1932.

⁴ Uma síntese das diferentes perspectivas históricas sobre o tema pode ser encontrada no artigo de Ribeiro (2017).

⁵ CAPELATO (1988: 13).

⁶ BLOCH (2002: 125).

sociais, propuseram um novo método no fazer histórico. Entretanto, foi a partir da terceira geração dos *Annales* que os impressos se consolidaram enquanto fontes históricas e historiadores como Jacques Le Goff e Pierre Nora propuseram “novos objetos, problemas e abordagens” para a pesquisa histórica⁷.

No que diz respeito à análise do jornal enquanto fonte histórica, compreendemos que este é “portador de interesses e projetos de classes ou frações de classe numa conjuntura dada”⁸. Segundo Maria Helena Capelato, é possível afirmar que “nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade”⁹. Nesta mesma perspectiva, também devemos considerar que apesar dos jornais de início do século XX já possuírem características profissionais, estes não perderam o seu caráter opinativo e de intervenção na vida pública¹⁰. Portanto, analisar os discursos emitidos por estes periódicos significa compreender os posicionamentos não só dos próprios jornais como de diferentes grupos e instituições da sociedade.

Sendo assim, entendemos que a imprensa foi amplamente utilizada pelo Governo Provisório com o intuito de constituir um *front* interno e mobilizar o apoio da população a seu favor. Consideramos que, apesar dos campos de batalha, em sua maioria, mas não exclusivamente, terem se concentrado em São Paulo, a Guerra de 1932 também ocorreu em todo o país, com peculiaridades próprias de cada realidade. Nas ruas da cidade do Rio de Janeiro não foi diferente. Mais silencioso e ardiloso, na capital do país o conflito que ameaçou o governo de Getúlio Vargas demandou esforços considerados vitais para que a vitória fosse alcançada.

A constituição de um *Front* interno

Durante a Guerra de 1932, a imprensa foi um importante aliado do Governo Provisório no seu intuito de garantir o apoio e de se legitimar diante da população na capital do país. No dia 14 de julho de 1932, o jornal *O Radical* informou que, por conta do início da guerra civil, Getúlio Vargas havia parado de realizar o seu tradicional passeio

⁷LUCA (2005: 112-113).

⁸DE A. VIEIRA, Maria do Pilar et al. (2012).

⁹CAPELATO, Maria Helena Rolim (1988: 34).

¹⁰LUCA (2005:27).

do Palácio Guanabara, sua residência oficial, ao Catete, sede administrativa do governo. Contudo, no dia 13 de julho, 4 dias após o início do conflito, Vargas retornou o já corriqueiro hábito. O periódico explicou que:

Todos os dias, o senhor Getúlio Vargas [...] dirige-se, democraticamente, a pé, do Palácio Guanabara ao do Catete, a hora do início dos despachos. Os moradores da rua Paysandu [...] já se habituaram, após o almoço, a ver aquele democrático civil, ladeado por um militar, passando tranquilamente, ao trabalho. Algumas vezes, em dias mais radiosos, o Chefe do Governo prolonga o passeio. Vai de uma ponta a outra da praia do Flamengo. Nos primeiros dias que precederam a agitação paulista, os moradores da rua Paysandu perderam de vista, a hora habitual, o Chefe do Governo e seu ajudante de ordens. [...] Mas, transcorrida essa primeira fase, o sr. Getúlio Vargas voltou, tranquilo e sorridente, aos seus hábitos. E, ontem, fez novamente o mesmo trajeto, acrescido, à noite, com uma excursão pela praia do Flamengo, àquela hora repleta de famílias, que lhe promoveram demonstrações de simpatia e admiração.¹¹

Segundo o periódico, Vargas retomou suas caminhadas “tranquilo e sorridente”, mesmo com a guerra. Dessa forma, os moradores da Rua Paysandu podiam presenciar novamente o “democrático civil” passear após o almoço. A notícia é uma clara mensagem à população da capital do país: no Distrito Federal a situação estava sob controle do governo e a rotina na cidade não deveria ser afetada, como mostrava, de modo público, seu mais ilustre morador. Não podemos descartar que a bucólica cena retratada fosse mais uma ação do governo junto aos jornais, pois a imprensa estava censurada desde o dia 12 de julho com o decreto 21.611 de 1932¹². Entretanto, o jornal que veiculou a matéria, *O Radical*, era um jornal intimamente alinhado com a corrente tenentista e que representava, naquele momento, os interesses do Governo Provisório¹³, o que explica o tom simpático dado a notícia.

¹¹ Jornal *O Radical*, 14 de julho de 1932.

¹² O Departamento de Censura e Publicidade foi criado por esse decreto na repartição da Polícia do Distrito Federal, “considerando que o levante militar, de que foi teatro, ultimamente, a capital do Estado de S. Paulo, tem preocupado, como era natural, a atenção da polícia do Distrito Federal, que, como lhe cumpre, tem agido no caso com o máximo interesse, resolve criar, naquela repartição, o Departamento de Censura e Publicidade.” Dois dias depois, o Departamento foi instalado no prédio da Imprensa Nacional e era chefiado por Rivadavia Corrêa Meyer. Jornal *Correio da Manhã*, 14 e 16 de julho de 1932.

¹³ Segundo o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB) produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o jornal *O Radical* começou a circular em 1º de junho de 1932 e foi publicado por quase duas décadas a mais, precisamente até 9 de outubro de 1954. O seu surgimento ocorreu exatamente no contexto de agravamento da crise política que atingiu o Governo Provisório no ano de 1932 e a sua criação surgiu da necessidade do Governo Provisório e do movimento

A ação do governo sobre a imprensa durante a guerra fica mais evidente quando analisamos a cobertura do mesmo evento pela ótica de outro jornal, o *Correio da Manhã*. Neste jornal, foi publicada uma nota emitida pelo Palácio Guanabara sobre o habitual passeio do chefe do Governo Provisório, afirmando que por volta das “8 1/2 horas da noite, o sr. Chefe do Governo Provisório deixou o Palácio Guanabara [...] afim de realizar o seu habitual passeio até a praia do Flamengo. [...] O passeio [...] prolongou-se por cerca de três quartos de hora”¹⁴. Por razões óbvias, manter a ordem na capital era fundamental para o Governo Provisório, daí a centralidade que a imprensa tem neste momento.

A sede administrativa e política do país não poderia correr riscos. Não à toa, o principal temor das hostes governistas civis e militares nas primeiras horas de conflito era um ataque fulminante à Capital Federal (HILTON, 1982). Assim, passados os primeiros dias de guerra, eventuais ataques na capital poderiam ser decisivos para a vitória dos opositores do governo em armas. Era necessário fazer crer que a população carioca estava majoritariamente ao lado do governo. O que estava em jogo era a própria legitimidade do Governo Provisório durante a “crise mais tempestuosa do regime” de Getúlio Vargas, como bem definiu Robert M. Levine (2001: 53). No lado paulista do front, em pleno turbilhão dos combates, “a vitória de São Paulo conquistada fora do estado, nos bastidores políticos e militares da capital [federal] ou dos demais estados, ou mesmo da população do Rio de Janeiro, foi uma possibilidade considerada palpável durante todo o desenrolar da guerra” (MISTRELLO, 2018: 199).

Analisar como seu deu esta legitimação na capital, e em outras realidades do país¹⁵, revela aspectos importantes para fundamentar a análise aqui proposta, assim

tenentista ter uma imprensa favorável aos seus interesses. *O Radical* teve a sua fundação tutelada pelo “tenente” João Alberto, à época chefe da Polícia do Distrito Federal. In verbete: *O Radical*, DHBB/CPDOC.

¹⁴ Jornal *Correio da Manhã*, 15 de julho de 1932.

¹⁵ Nesta perspectiva, utilizando como contraponto um estado bastante afastado do cenário bélico das fronteiras paulista, constata-se que no Ceará houve efetivamente um intenso esforço do Governo Provisório no sentido de se legitimar durante a Guerra de 1932. Em terras cearenses, o Governo Provisório atuou procurando relacionar a guerra e seus articuladores com o modelo político da Primeira República. Buscou-se construir uma memória de descaso político e esquecimento do poder central com o estado, em particular, e o “Norte”, em geral, comparado como, mesmo com pouco tempo no poder, o governo iniciado com o movimento de outubro de 1930 foi mais atuante e benéfico do que os 41 primeiros anos de República. Um exemplo claro utilizado pela interventoria cearense estava no esforço realizado pelo poder central no combate às secas no estado, que aumentou gradativamente desde que Getúlio Vargas assumiu o poder. O processo de construção da legitimação da guerra foi uma estratégia utilizada pelo governo para vencer o conflito fora do campo bélico e não dever ser menosprezado, pois, “ao contrário, ele representa um campo de luta onde os ideais foram reafirmados e defendidos pelas partes em combate”. Esta frente de batalha era fundamental, pois “ambos os lados sabiam que, para vencer a guerra, era primordial a adesão de várias pessoas às suas tropas e, não menos importante, o apoio da população. A guerra não era ganha apenas na luta armada” (LOPES, 2009a: 71).

como demonstra a centralidade do Distrito Federal no teatro das operações. Na capital do país, em diálogo com o que ocorria em outros estados, eram comuns as notas emitidas pelo governo e pela polícia no intuito de evitar qualquer iniciativa de apoio da população a São Paulo e de transmitir confiança na vitória do Governo Provisório. Logo no início do conflito, a polícia da Capital Federal, preocupada com possíveis perturbações na capital, procurou tranquilizar a população com nota emitida no dia 10, ou seja, no dia seguinte a deflagração da guerra. A nota, ao mesmo tempo em que explicava os últimos acontecimentos, informava que:

Explodiu ontem, em São Paulo, um movimento sedicioso, do qual participam apenas dois corpos da guarnição daquele Estado. O movimento se acha circunscrito a capital de São Paulo, estando o resto do país em perfeita ordem. O governo domina inteiramente a situação, já havendo recebido dos interventores dos Estados a segurança de se encontrarem em condições de prestar auxílio eficaz ao restabelecimento da ordem. Pode considerar-se como certo que os rebeldes, isolados em São Paulo e não podendo contar com adesão de novas forças, acabam por depor as armas dentro de um prazo relativamente curto.¹⁶

A nota emitida pela polícia do Distrito Federal procurou minimizar a ação de São Paulo contra o governo, reduzindo o tamanho das tropas paulistas envolvidas no conflito. Ainda segundo a nota, o movimento tinha um caráter regionalista, não obtendo a adesão de outras regiões, e por este isolamento o conflito deveria ter um desfecho favorável ao governo sem muita demora. O texto publicado na primeira página do *Correio da Manhã* – um dos jornais de maiores circulações da cidade (BARBOSA, 2007: 41) – demonstra que desde os primeiros dias da Guerra de 1932 havia uma preocupação em tranquilizar a população da capital. A questão dizia respeito não apenas a ordem, mas também a legitimidade do Governo Provisório.

Para manter a ordem e tranquilizar a população carioca era fundamental deixar claro que a rotina da capital não foi alterada. Dito de outra forma, para que a população não sentisse o clima de incertezas que uma guerra civil pode proporcionar, evitando, desse modo, agitações que questionassem o governo que estava no poder havia menos de dois anos, era importante que o dia a dia do carioca não fosse significativamente abalado. Neste sentido, o entretenimento, o lazer e o comércio não deveriam sofrer grandes alterações. Afinal de contas, a mensagem que o governo procurava passar era de um

¹⁶ Jornal *Correio da Manhã*, 11 de julho de 1932.

conflito regional que não demandava maiores preocupações, sendo certa a vitória do Governo Provisório.

Assim, o futebol, que naquele momento estava em pleno processo de popularização no país, continuava com sua rotina esportiva e com destaque nas páginas da imprensa. Os jogos do campeonato local não foram interrompidos e, em 2 de outubro, dia do final da guerra, o Botafogo se consagrou campeão do “campeonato de football de 1932”.¹⁷ Os jornais foram pródigos em mostrar que o “*Basketball*”, os Teatros e jantares dançantes também continuavam funcionando normalmente. Vale registro que, em 26 de julho, o Cristo Redentor, uma das principais atrações turísticas da cidade, inaugurada no ano anterior, ainda ganhou um inédito sistema de iluminação¹⁸.

Tais notícias podem sugerir que a guerra civil que estava em curso era realmente um conflito pequeno, quase uma quartelada com o apoio de alguns políticos. No entanto, a situação era bem mais complexa. Por mais que a cidade mantivesse em parte a sua rotina, era inegável a atipicidade do momento. Além dos conflitos envolvendo o abastecimento de víveres e a alta de preços que exigiam uma intermediação do Governo Provisório¹⁹, várias medidas foram adotadas na capital para melhor atender as tropas governistas e garantir a manutenção da ordem na cidade. Já no dia 11 de julho, a Central do Brasil passou para a jurisdição militar, sendo ocupada por uma companhia de fuzileiros. Posteriormente, visando à “manutenção da ordem pública”, no dia 13 de julho, Getúlio Vargas por meio de decreto colocou a Polícia Militar do Distrito Federal sob o comando da 1ª Região Militar²⁰. Além disso, foi instituído um centro de preparação para treinamento e instrução de tropas que vieram do “Norte”, intitulado Centro de Preparação Regional. A importância de tal espaço se reflete nas diversas forças militares envolvidas em seu funcionamento: ele era comandado pelo diretor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e contava com recursos e corpo de instrutores da Escola de Sargentos de

¹⁷ Ainda sobre o campeonato, o jornal *Correio da Manhã*, numa curiosa matéria, destacou que o Botafogo era o campeão dos anos revolucionários, isso porque ele foi campeão nos anos de 1910, 1930 e 1932. Para consultar a matéria ver jornal *Correio da Manhã*, 03 de outubro de 1932.

¹⁸ Jornal *O Radical*, 26 de julho de 1932.

¹⁹ Durante a Guerra de 1932, por conta da interrupção comercial com São Paulo, o Distrito Federal teve dificuldades para ser abastecido de carne verde. Além disso, comerciantes especuladores elevaram os valores de produtos que sequer estavam em falta na cidade. Mais sobre isso ver Ribeiro (2018: 61-84).

²⁰ Jornal *O Radical*, 11 e 13 de julho de 1932.

Infantaria, do Batalhão Escola, da Escola de Cavalaria, do Grupo Escola, do C.P.O.R., e do Batalhão de Engenharia.²¹

O que a imprensa carioca tentava encobrir, o intenso movimento de tropas governistas desnudava: o Distrito Federal alterou-se significativamente durante a Guerra de 1932. Antes de chegarem aos campos de batalha no estado de São Paulo, as tropas que partiram com armas nas mãos para defender o governo de Getúlio Vargas ficavam estacionadas no Distrito Federal, se reorganizando, recebendo material e treinamento, com o intuito de, efetivamente, partirem para a luta. Houve, nos primeiros dias de guerra, a iniciativa de formar batalhões de voluntários dentro do próprio Distrito Federal. Mas, em nota oficial, o governo, mesmo sentindo-se “agradecido” pela “solidariedade que elementos civis têm prestado e que desejam cooperar para o restabelecimento da ordem”, não concorda com essa iniciativa, pois “é pensamento do Estado Maior do Exército e do Departamento da Guerra que não se faz necessário a colaboração desses elementos”. Essa disposição ocorria, pois havia “ainda grande quantidade de tropas regulares para os objetivos de guerra”.²²

Mesmo sem maiores notícias sobre tropas de voluntários formadas no Distrito Federal, o país inteiro contribuiu com contingentes desta natureza, além das tropas regulares. É fundamental ressaltar que o voluntariado, mais do que enviar soldados ao *front*, tornou a Guerra de 1932, efetivamente, um conflito nacional. A opção pelos voluntários foi fruto de uma disputa intensa dentro do próprio Governo Provisório, na qual líderes militares e civis divergiram sobre a opção, ou não, de batalhões provisórios formados por voluntários. Quem decidiu foi o próprio presidente, sacramentando, em definitivo, a adoção dos batalhões de voluntários:

No momento mais crítico de combate a seu governo – quando o mais rico estado da federação e principal força política da Primeira República se levantava, em armas, para derrubá-lo –, Vargas não poderia abrir mão do apoio nacional que recebia dos chefes estaduais. Sobretudo, porque eles lhe garantiam ter a seu lado grande número de pessoas dispostas a lutar pelo governo. Em outras palavras, a formação de batalhões provisórios evidenciava um apoio popular a Vargas, nada desprezível. Eles eram, por isso, valiosíssimos: mais até como recurso de poder político, do que como resposta a necessidades militares. (LOPES: 2014, 208)

²¹ Os estados da então chamada região Norte – que abrangia do Espírito Santo ao Acre – enviaram cerca de 27 mil homens para combater as tropas paulistas. Sobre o Norte e a Guerra de 1932 ver Lopes (2014).

²² Jornal *Correio da Manhã*, 17 de julho de 1932.

Diariamente chegavam ao Distrito Federal tropas aliadas do Governo Provisório, quer fossem voluntárias, quer fossem regulares. Desembarcando dos Navios do Lloyd ou dos trens que cortavam os estados mais próximos a caminho do Rio de Janeiro, a presença dessas forças no Distrito Federal era retratada com grande entusiasmo, tornando-se suas movimentações em direção ao *front* de batalhas grandes demonstrações de apoio ao Governo Provisório. Foi assim no embarque do 3º Regimento de Infantaria em direção a São Paulo. A cobertura realizada pela imprensa aliada dizia que:

Hoje de manhã a Avenida Rio Branco viveu alguns instantes de profundo civismo com a passagem do 3º Regimento de Infantaria. Conforme já noticiámos, essa força do Exército Nacional seguiu hoje, em auto-ônibus da Viação Excelsior, para São Paulo, onde vai oferecer ataques às tropas sediciosas. Quando aqueles veículos passavam pela Avenida Rio Branco, uma verdadeira multidão ocorreu, saudando entusiasticamente a valente mocidade militar. E assim, ao som das palmas vibradas pelo público, a tropa do 3º R.I. cantando hinos patrióticos partia, erguendo no ar os seus lenços brancos. Este espetáculo comoveu a todos que assistiram.²³

A respeito do embarque ou desembarque de tropas, cenas como estas se repetiriam, quase sempre com a presença do patriotismo e de manifestações em favor do Governo Provisório. Dessa forma, segundo *O Radical*, o carioca teria recebido carinhosamente o 4º batalhão de Brigada Militar de Pelotas (RS), sendo digno de:

registro a maneira por que o povo carioca recebeu os destemidos briosos e disciplinados soldados do 4º Batalhão, que vem formar ao lado dos seus companheiros que aqui se acham, prontos a defender, seja por que meio for, o governo constituído.²⁴

O cenário voltou a se reproduzir por inúmeras vezes até o fim do conflito. Foi assim por ocasião da chegada do 20º e 29º batalhões de caçadores, respectivamente da Bahia e do Rio Grande do Norte, quando uma “compacta massa de povo que, entusiasticamente, palmeou a tropa que acaba que acabava de pisar a terra carioca”²⁵. O mesmo ocorreu quando do desembarque do 22º Batalhão de Caçadores e também do 1º

²³ Jornal *O Radical*, 11 de julho de 1932.

²⁴ Jornal *O Radical*, 20 de julho de 1932.

²⁵ Jornal *O Radical*, 21 de julho de 1932.

Batalhão da Polícia Militar da Bahia, quando foram recebidos no Armazém 13 do cais do porto “por numerosos populares, que os saudaram entusiasticamente” além de algumas autoridades do governo²⁶. Essa narrativa dialoga com aquela produzida nos estados de origem dos batalhões que partiam para a luta. Os embarques de tropas representavam um momento patriótico e de mobilização da sociedade a favor do Governo Provisório e tinha na saída das tropas para o Distrito Federal seu ápice, pois “nesses momentos, mais do que nunca, a Interventoria e os diversos apoiadores do Governo Provisório construía um clima favorável à causa governista, fortalecendo mais ainda a relação entre os cidadãos e a guerra.” (LOPES, 2009b: 15-17)

Ainda que pudesse descaracterizar o cotidiano do Distrito Federal, as manifestações realizadas pela população por ocasião da movimentação de tropas eram vistas com bons olhos pelo Governo Provisório, porque legitimavam a causa governista. Em outras palavras, havia uma seleção por parte do governo sobre como a guerra deveria afetar o cotidiano da cidade. O conflito deveria fazer parte e mobilizar a sociedade carioca desde que fosse favorável ao governo e não rompesse com a manutenção da ordem, o que poderia pôr em perigo o próprio Governo Provisório.

Entretanto, apesar dos esforços do governo de manter a rotina da cidade, era impossível que o clima de guerra não atingisse o Distrito Federal. É o que percebemos no artigo publicado pelo *Correio da Manhã* e assinado por Bastos Tigres, intitulado *Em marcha á ré*. O autor mencionou que apesar de estarem vivendo em uma época de guerra, era necessário que as pessoas continuassem a viver, posto que para Tigres:

A guerra civil é uma calamidade: é ponto em que estão acordes otimistas, pessimistas e “s’enfichistas”; mas, com ser uma calamidade, ela não faz a vida parar; bem ou mal, todas as atividades têm de prosseguir; a parada, a estagnação, a inércia seriam a guerra silenciosa, a parda tonitruante guerra de canhoneio e fuzilaria. Calamidade sobre calamidade. Entretanto, que se vê na capital do país, por um fenômeno de sugestão coletiva, é um entibiamento geral de vontades, um colapso de energias, uma arrastada moleza em e de todos, como se a população inteira tivesse retornado dos campos de batalhas, cansada e estropiada. É preciso reagir contra essa outra guerra, parda, baça, apática, tediosa. Ela só faz agravar os males da convulsão intestina que ensanguenta serras e vales, dentro do país. Se até certo ponto é compreensível esse estado psíquico da população, preocupada que está com dia de amanhã, evitando fazer despesas, gastando o menos possível, por outro lado devemos considerar que, chegando aos extremos, essa assustada

²⁶ Jornal *O Radical*, 23 de julho de 1932.

prudência virá piorar ainda mais a situação futura. Se param as atividades, se nada se inicia, se nada se continua, se tudo fica adiado para “quando isso acabar”, teremos depois, de reiniciar a vida em ultra péssimas circunstâncias.²⁷

Bastos Tigres reconheceu que a guerra civil era um grande mal, comum a todos, mas que mesmo assim ela não poderia fazer a vida parar. Era necessário combater a inércia e a estagnação da população, mas, nesta frente de combate, a batalha estava sendo perdida. A população é caracterizada como “cansada”, “mutilada”, não à toda, como se tivesse retornando de um “verdadeiro” campo de batalha. Para o autor, a guerra civil em andamento justificava o estado psicológico da população, que procurava evitar despesas e não gastar muito, cautela ocasionada pelo medo, mas que, segundo o articulista, pioraria ainda mais a situação. Percebe-se que há uma clara preocupação com a economia que devia estar sendo afetada pela prudência da população em poupar dinheiro. A sensação de normalidade que parecia tão corriqueira nas caminhadas do presidente, nas competições esportivas e nas festas em curso durante o conflito não estava sendo plenamente alcançada. Até mesmo tradicionais eventos em via pública estavam correndo sérios riscos, como foi no caso do tradicional desfile de 7 setembro a ser realizado naquele ano de 1932, em plena guerra civil. Em matéria realizada no dia da comemoração cívica, *O Radical* anunciou que:

Este ano, a cidade, infelizmente, não terá o espetáculo de uma parada militar, no dia festivo que hoje passa. As bandeiras penderão melancolicamente das fachadas, sobre as ruas tristes e desertas de onde a vida habitual terá fugido. O dia apenas será mareado pelo número vermelho das folhinhas. Dia monótono e sem cor no ritmo nervoso da cidade. [...] Todos os soldados do Brasil estão, a esta hora, nas trincheiras, atendendo ao apelo da Nação ameaçada em sua unidade. Todas as armas estão empenhadas na defesa do ideal de outubro, visado pelo golpe de aventura dos politiqueros decaídos.²⁸

Segundo o periódico, a parada militar não iria ocorrer porque os soldados se encontravam no *front*, combatendo em defesa do ideal da revolução de 1930. É importante notar que *O Radical*, em um raro momento, admitiu que o país encontrava a sua unidade ameaçada. Trata-se de uma exceção que não caracteriza o perfil das matérias realizadas pelo jornal durante os 85 dias do conflito.

²⁷ Jornal *Correio da Manhã*, 13 de agosto de 1932.

²⁸ Jornal *O Radical*, 7 de setembro de 1932.

No entanto, apesar da gravidade do momento e da divulgação do cancelamento do desfile, a parada militar acabou acontecendo. Coube a Marinha a realização do evento e sobre ele *O Radical* publicou que a:

passagem da grande data nacional da independência serviu de pretexto para que o governo desse ontem uma prova pública de tranquilidade e força. No momento exato em que a ofensiva do boato procurava inquietar a população carioca com a difusão intensiva de boatos alarmantes, o ministro da Marinha para comemorar o 110º aniversário da nossa emancipação política, determinava um brilhante desfile do Regimento Naval pela cidade, com evoluções de uma esquadrilha de hidroaviões sobre a estátua de Pedro I.²⁹

Por essas fontes, podemos perceber que o tradicional desfile de 7 de setembro representou mais que a comemoração de uma data cívica. O seu acontecimento significou uma demonstração de força e de tranquilidade por parte do governo. Ainda segundo *O Radical*, a marcha cívica se deu num delicado momento em que boatos inquietavam a sociedade carioca, deixando claro que o esforço do Governo Provisório para que o desfile ocorresse estava relacionado a este fato³⁰. *O Correio da Manhã* também acompanhou a parada militar. De maneira mais detalhada, o jornal nos conta que o desfile realizado pelo corpo de fuzileiros navais começou às três horas da tarde e que:

sob o comando do capitão de mar e guerra Melciades Portella Ferreira Alves, deixou o pátio do Arsenal de Marinha, saindo pelo portão do Cais dos Mineiros, depois de prestar continência ao ministro da Marinha e a outras autoridades da Armada, então no ministério, seguiu pela rua Visconde Inhaúma, avenida Rio Branco, rua da Assembleia, Largo da Carioca, rua no mesmo nome e Praça Tiradentes. Chegado a referida praça, o Corpo de Fuzileiros Navais fez alto, e, após dez minutos de parada, ocupando os lados onde estão situados o Teatro Carlos Gomes e o antigo edifício do Ministério da Justiça, desfilou, retornando à rua da Carioca, por onde havia subido, e depois de atingir o largo do mesmo nome, subiu a rua Treze de Maio, entrando pela de Senador Dantas, até a do Passeio. Depois de dar uma volta pelo Passeio Público, descendo do lado do mar, alcançou, de novo, a avenida Rio Branco até a rua Visconde de Inhaúma, retornando ao Arsenal de Marinha. Durante todo o trajeto os Fuzileiros Navais foram alvo de entusiásticas palmas por parte do povo, e, sempre que os populares

²⁹ Jornal *O Radical*, 8 de setembro de 1932.

³⁰ Durante a Guerra de 1932, foi intensa a circulação de boatos contra o Governo Provisório em todo o país. Alguns foram deliberadamente disseminados. A boataria preocupava tanto o governo que passou a ser questão de polícia. Cf. RIBEIRO, 2018 e LOPES, 2009a e 2014.

divisavam o pavilhão nacional, se descobriam, em sinal de respeito ao símbolo sagrado da Pátria.³¹

Demonstrar “força e tranquilidade” para a população da capital federal do país demandou uma atenção especial por parte do Governo Provisório, que usou de todos os esforços, materiais e simbólicos, neste sentido. Não realizar o desfile demonstraria fraqueza, sugerindo um número de tropas limitado e uma guerra enorme e sangrenta, que demandava absolutamente todas as forças militares estacionadas ou de passagem pelo Distrito Federal. O Governo Provisório não queria passar nenhuma das duas imagens. Por isso, todo o esforço em realizar o desfile, e fazê-lo percorrer as ruas do centro do Rio, passando em pontos de encontros populares e simbólicos da cidade. Por isso que o periódico carioca mais ardorosamente envolvido na defesa do Governo Provisório, *O Radical*, mostrou-se frustrado com a não realização do desfile. Fazer com que ele ocorresse foi mais uma vitória no *front* interno do Distrito Federal, tão marcado por conflitos e suspeitas.

Considerações finais

O Governo Provisório atuou na construção de um *front* interno em todo o país, fazendo com que os campos de batalhas ficassem circunscritos ao estado de São Paulo. Adotando estratégias peculiares em cada estado, a mobilização e legitimação do Governo Provisório ganhou contornos nacionais, fazendo com que a Guerra de 1932 fosse, efetivamente, um conflito nacional, mobilizando pessoas tanto nas linhas de frente quanto na retaguarda. O Distrito Federal, por seu valor estratégico e simbólico, foi exemplar nesse sentido. A Guerra de 1932 também estava nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

Os esforços do governo na capital não se restringiram à manutenção da ordem. A Guerra de 1932, ao contestar o Governo Provisório, também questionava a sua legitimidade. O Distrito Federal ganhou relevo porque era fundamental que especialmente na sede do governo não houvesse contestações de vulto contra o poder estabelecido. Neste sentido, a censura à imprensa foi uma ferramenta importante no processo de legitimação do governo e combate aos opositores na capital. Os jornais *Correio da Manhã* e *O Radical* foram tomados, com intensidades diferentes, por matérias

³¹ Jornal *Correio da Manhã*, 7 de setembro de 1932.

favoráveis ao governo. Notícias de vitórias das tropas governistas no *front* de batalhas e chegada de novas tropas foram constantes nestes periódicos.

Além disso, defender o Distrito Federal no contexto da Guerra de 1932 ia além da manutenção da ordem e de evitar movimentos contrários ao Governo Provisório na cidade. Era preciso mobilizar a população carioca em favor do governo e contra os seus opositores. Tratava-se de demonstrar para a sociedade da capital que o governo dominava a situação e que a vitória no conflito seria rápida.

Ainda sobre este último aspecto, era fundamental garantir que a Guerra de 1932 abalasse o mínimo possível o cotidiano do carioca. Procurou-se manter, na medida do possível, a normalidade dos serviços como o cinema e o teatro e a manutenção dos campeonatos de basquete e de futebol da capital. Além disso, é digno de nota que em plena guerra civil o governo tenha inaugurado a iluminação do Cristo Redentor. Mas, nem todos os esforços depreendidos conseguiram alcançar a tranquilidade almejada pelo governo. Houve conflitos, prisões, boatos, denúncias, atentados.³²

Nesse sentido, nada foi mais simbólico do que o esforço do governo em manter o tradicional desfile do Sete de Setembro. Mesmo com desfalques e com as atenções dos militares voltadas para o *front* de batalhas, o governo de Getúlio Vargas garantiu que a população da cidade tivesse a sua tradicional parada cívica, impondo força e segurança em uma conjuntura marcada por incertezas, rompimentos e traições.

Analisar o Distrito Federal durante a Guerra de 1932 é perceber por outros focos e olhares o mais importante movimento, político e armado, que questionou o governo Vargas em todos os seus anos de existência.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

O Radical (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

Correio da Manhã (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

Bibliografia

ABREU, Marcelo Santos de. *Os Mártires da Causa Paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)*. 2010. 312 F. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³² Neste sentido, a Quarta Delegacia Auxiliar do Distrito Federal precisou tomar uma série de medidas para evitar que o movimento de oposição na capital pudesse perturbar a ordem ou colocar o Governo Provisório em risco. Mais sobre isso ver Ribeiro (2018: 130-146).

- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BLOCH, March. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Tradução André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra: A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- DE A. VIEIRA, Maria do Pilar et al. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 3, nov. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12495>>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Verbetes *O Radical* in: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.
- HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres?: O Brasil e a era vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LOPES, Raimundo Helio. *Um Vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. Tese de Doutorado: Cpdoc-FGV, 2014.
- _____. *Os batalhões provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (CEARÁ, 1932)*. 2009a. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Social): Universidade Federal do Ceará – Fortaleza.
- _____. *A Cidade e a Guerra: a campanha de mobilização e o cotidiano de Fortaleza durante a Guerra de 1932*. Mosaico, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 2009b. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62782/61918>>. Acesso em: 11 Fev. 2017.
- LUCA, Tânia Regina. *A história dos, nos e por meio dos periódicos* In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- M. do Pilar de A. Vieira et al. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. *Revista PUCSP*. Consultado em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12495/9064>>. Acesso em 07/03/2018.
- MISTRELLO, Lucas Palma. *Palavras de revolução e guerra: discursos da imprensa paulista em 1932*. Jundiaí: Paco, 2018.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, Felipe Castanho. *A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude*. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 226 - 247, jun. 2017. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65514>>. Acesso em: 21 Jun. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n12.2017.65514>.
- _____. *O Distrito Federal na Guerra de 1932*. 2018. 157 f. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Salgado de Oliveira - Niterói.